



Opinião Socialista

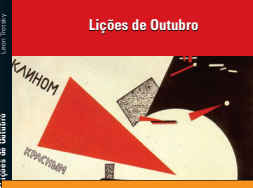
ANO XI - EDIÇÃO 323 - COLABORAÇÃO: R\$ 2 - DE 28/11 A 5/12/2007 - WWW.PSTU.ORG.BR



Pelo fim da violência contra as mulheres!

Estupro de garota de 15 anos no Pará escandaliza o país

Lições de Outubro 7



“LIÇÕES DE OUTUBRO”: UM LIVRO PARA COMPREENDER A REVOLUÇÃO RUSSA

PÁGINAS 4 E 5



TODOS AO ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DOS TRABALHADORES

PÁGINAS 9, 10 E 11



FRANÇA: DIREÇÕES SINDICAIS TRAEM GREVE DOS TRABALHADORES

PÁGINA 12

■ **MALUF QUEM FEZ?** – Propaganda partidária do PP causa espanto e, sobretudo, gargalhadas. A peça publicitária credita a Paulo Maluf a descoberta do mega-campo de petróleo na Bacia de Santos.

PÁGINA DOIS

■ **QUEM ROUBA...** – O comercial relembra Paulipetro, empresa criada pelo então governador Maluf nos anos 80 e abriu vários buracos, não encontrando nada.

MARKETING É TUDO

O Ministério da Educação, desgastado devido à onda de ocupações de reitorias contra o Reuni, vai iniciar uma ofensiva de marketing pela TV. Vai ao ar um comercial do Pro-Uni, o programa de transferência de verbas às universidades privadas, com a música “Caminhando” ao fundo. “Participe também da revolução”, diz o slogan. O comercial foi produzido sob medida para confundir a população e mostrar que a transformação da universidade pública em escolas é uma “revolução”.

PÉROLA

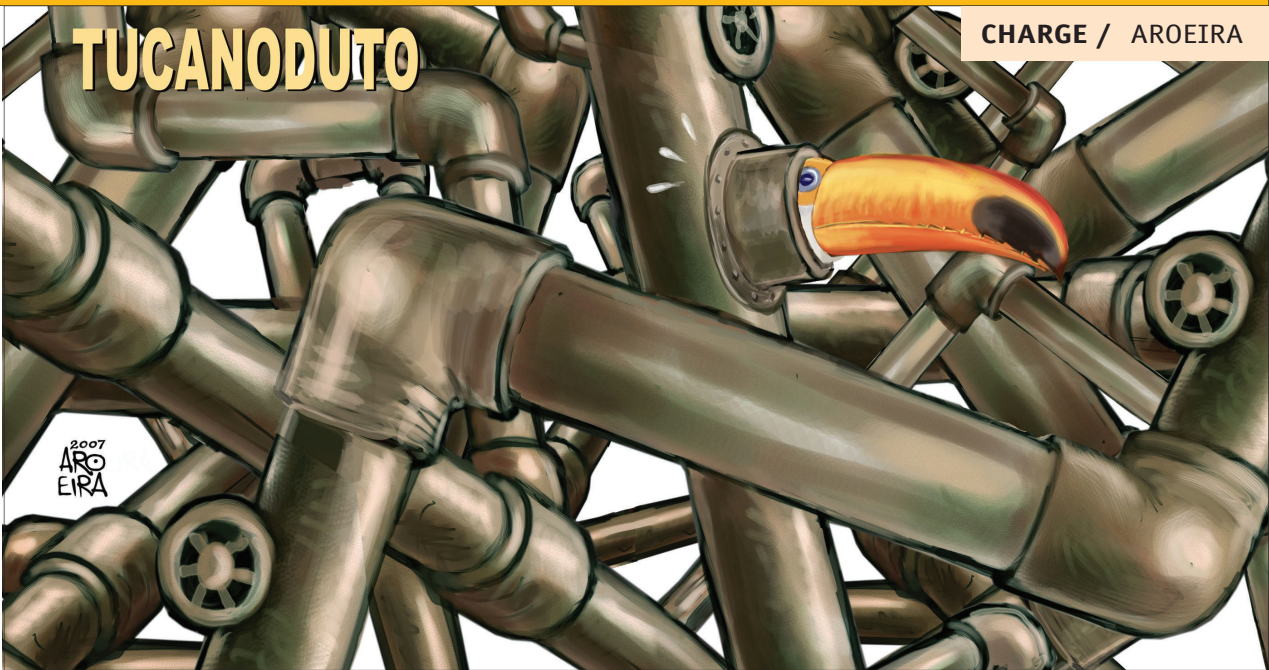
“Isso é um percalço da vida”



AÉCIO NEVES (PSDB), governador de Minas Gerais, referindo-se ao valerioduto mineiro que envolve o senador tucano Eduardo Azeredo

PEDE PRA SAIR

Durante a marcha da Consciência Negra, no último dia 20 em São Paulo, a representante do PMDB, Lídia Correa, subiu ao carro de som e, completamente deslocalizada, cometeu uma enorme gafe. Ao falar sobre um suposto desenvolvimento no continente, a ela disse que “a América Latina virou uma página negra de sua história”. Para a sorte dela, poucas pessoas prestavam atenção à fala do PMDB. Porém, as que ouviam, vaiaram e gritaram “xô”.



CHARGE / AROEIRA

COPA NO BRASIL

Uma semana depois de anunciar que o Brasil sediará a Copa em 2014, uma tragédia expôs a situação precária da grande maioria dos estádios no país. A queda de parte da arquibancada do estádio Vila Nova em Salvador matou sete torcedores dia 25 de novembro. Eles comemoravam o acesso do Bahia à série B do Brasileiro. Enquanto o país sedia grandes eventos feitos para a mídia, patrocinadores e a corrupção,

como o PAN no Rio, o esporte é relegado à penúria.



CONLUTAS CRESCE

O ano está terminando mas o processo de reorganização no movimento sindical segue a todo vapor. No último dia 19 o Sindicato dos Bancários de Bauru (SP) aprovou em assembleia sua desfiliação da CUT e a imediata filiação à Conlutas. É o primeiro sindicato da categoria filia-

do à Coordenação. Já os bancários do Rio Grande do Norte realizaram plebiscito entre os dias 19 e 22, onde decidiram romper com a central governista. Em Recife, o Sindicato dos Professores Municipais também aprovaram em assembleia a desfiliação da CUT e a filiação à Conlutas. Leia mais sobre o crescimento da Conlutas no Portal.



ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

CPF: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

☐ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO PSTU EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R\$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R\$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA: _____
☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC
☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
<input type="checkbox"/> (R\$ 36)	<input type="checkbox"/> (R\$ 72)	<input type="checkbox"/> (R\$ 144)
<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE *
☐ CARTÃO VISA Nº _____ VAL. _____
☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA: _____
☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC
☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

☐ BOLETO

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura para Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000 - Fax: (11) 5581.5776

Greve na Universidade Estadual do Ceará

RAQUEL DIAS E FREDERICO COSTA, de Fortaleza (CE)

No dia 7 de novembro, os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) entraram em greve contra a intransigência do governo Cid Gomes (PSB), que é apoiado por um leque de forças políticas que vai do PT-PCdoB ao PSDB. A greve se sustenta sobre as reivindicações de plano de cargos e salários, pagamento de piso dos professores (que vem desde 1986 e foi ganho na justiça) e assistência estudantil.

No dia 12, Cid Gomes, em audiência forçada pela mobilização de professores e estudantes, declarou que, “só negocia com o retorno dos docentes para suas atividades normais”.

Mas, qual é a “normalidade” da UECE? Um dos piores salários das estaduais do Brasil, falta de pro-

fessores, precarização do trabalho docente por meio da contratação de substitutos, bibliotecas defasadas, ausência de assistência estudantil, estrutura física degradada, não apoio às unidades do interior, crescente privatização, ataques constantes ao tripé ensino-pesquisa-extensão e permanente sonegação de verbas por parte dos governos estaduais.

A resposta ao autoritarismo do governo foi uma maior unidade e intensificação da luta, o que foi confirmado pelas assembleias posteriores e pelo apoio dos estudantes. Além disso, a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), estão em greve, fortalecendo a luta pela defesa do ensino público. O resultado imediato foi uma passeata até a Assembleia Legislativa, dia 20, e a conquista de uma audiência pública, no dia 23, que foi encer-

rada arbitrariamente pelo deputado Teodoro (PSDB), com o apoio do deputado Nelson Martins (PT), líder do governo e ex-sindicalista da CUT.

A greve das estaduais cearenses se choca contra a política do governo Lula de destruição da universidade pública brasileira (PROUNI, REUNI), traduzida e implementada na esfera estadual por Cid Gomes. Antes de ter um caráter corporativo, a luta dos professores e estudantes das estaduais expressa um direito dos trabalhadores de acesso ao ensino superior público e gratuito. Por isso, é imprescindível a busca de apoio em outras categorias e setores sociais. Também, torna-se urgente um debate no SINDUECE sobre a importância de sua filiação à Conlutas, no sentido de se aglutinar ao pólo sindical que enfrenta o governo neoliberal de Lula.

OPINIÃO SOCIALISTA

é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA

Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates “Mancha”, Nando Poeta, Paulo Aguená e Valério Arcary EDITOR Eduardo Almeida Neto JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)
REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes DIAGRAMAÇÃO Carol Rodrigues REVISÃO Yara Fernandes IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356 ASSINATURAS (11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.lihci.org

pstu@pstu.org.br
opinioao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar
- sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013
- Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301
Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfí-
ca (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRÁSÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-
CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo,
sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144 campogran-
de@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603
- Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldo-
rado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127
- (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna,
147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320,
s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto,
391, 1º andar - Centro (83) 241-2368
- joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala
204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)

PERNAMBUCO

RECIFE - Av.Monte Lázaro, 195- Boa
Vista - (81) 3222-2549

PIAUI

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras,
66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos,
45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br

BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto,
362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Fron-
tim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado

NORTE FLUMINENSE

MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766
(fundos) (22) 2772.3151 norteflumen-
se@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL

CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes,
150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370,
Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 /
3223-3807, santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,
104, Centro (48) 3225-6831 floripa@
pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,
Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso
de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87
- Santo Amaro

BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62
- Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domin-
gos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro
(11) 6441-0253
guarulhos@pstu.org.br
JACARÉI - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro
Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11
Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor
Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16)
3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos
Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal
Ferrazópolis) - (11)4339-7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br

CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 -
Vale do Sol

SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almei-
da, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de
Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

AS DERROTAS TAMBÉM PODEM ENSINAR

Muitos trabalhadores e estudantes já viveram a experiência de ter entra-
do em uma luta e serem
traídos pela direção do sindicato
ou entidade. Isso acaba de ocorrer
na França.

Era uma luta difícil por enfrentar
um governo de direita como Sarkozy,
ainda em seu início e gozando de
alta popularidade. Mas as direções
de maior peso, ligadas ao Partido So-
cialista e Partido Comunista, fizeram
de tudo para conduzir a mobilização
à derrota. O PS declarou que não
estava contra a reforma, mas contra
a forma como o governo negociava.
O PC em nenhum momento chamou
a unidade dos setores em luta.

As derrotas têm conseqüências
negativas como enfraquecer tempo-
rariamente a disposição de luta. Mas
podem também levar a uma reflexão
sobre a importância de mudar essas
direções traidoras. Construindo no-
vas direções se possibilitará que, em
uma futura luta, existam melhores
condições de alcançar uma vitória.

Essas conclusões são importantes
para os ativistas do movimento sindi-
cal, estudantil e popular no Brasil. A
semelhança entre a situação francesa
e a brasileira é muito maior do que se
pensa. Aparentemente as coisas são
muito diferentes, por Lula ser “de es-

querda” e Sarkozy “de direita”. Mas,
ambos são governos burgueses que
aplicam planos neoliberais a serviço
das grandes empresas. É isso o que
leva Sarkozy a impor as reformas na
França, e Lula a se preparar para um
novo ciclo de reformas no Brasil.

Ambos têm o mesmo caráter
de classe burguês. Mas têm uma
forma muito diferente, por Lula vir
do movimento sindical e por isso
ter ainda a confiança da maioria dos
trabalhadores. Essa é a “vantagem”
para a burguesia de governos como
os de Lula, no qual os trabalhadores
confiam: são aplicados planos da
grande burguesia às vezes com maior
facilidade do que pelos governos de
direita. Por exemplo, Lula conseguiu
impor a reforma da Previdência de
2003, algo que FHC não conseguiu.

As principais direções do movi-
mento sindical, popular e estudantil
vão, também no Brasil, trair as mobi-
lizações contra a reforma. Ainda mais
sendo a CUT e a UNE parte do gov-
erno. A UNE, neste momento, está
apoiando em todo o país a imposição
do Reuni, a reforma universitária
privatizante de Lula. A CUT, junto com
a Força Sindical, patrocina o projeto
de “reconhecimento das centrais”,
que inaugura a reforma sindical, por
atrelar os sindicatos ao Estado, como
nos tempos da ditadura militar. Nem

a CUT nem a UNE, nem o PT nem o
PCdoB vão se jogar na mobilização de
massas que existirá contra a reforma
da Previdência do governo Lula.

Felizmente existem no Brasil al-
ternativas de direção do movimento
de massas, contrárias às reformas e
independentes do governo, como a
Conlutas. O ato do dia 24 de outubro
em Brasília, promovido pela Conlutas
e outras entidades, foi a maior mobi-
lização em 2007 contra as reformas
do governo.

Sindicatos de peso estão or-
ganizados na Conlutas, junto com
oposições sindicais representativas
que disputarão eleições em breve
entre metalúrgicos, bancários, pro-
fessores e petroleiros, etc. A UNE
governista está sendo varrida em
eleições de DCEs das universidades
federais: chapas encabeçadas pelo
Conlute ganharam na UFRJ, UFMG,
UFPR, UFSC, UNB, UFAL, e estão dis-
putando outras, como na USP.

Os ativistas devem refletir sobre
o que se passou na França e discu-
tir duas questões com as bases. A
primeira é a explicação do plano de
reformas do governo, que é ainda
desconhecido dos trabalhadores. A
segunda é a construção da Conlutas
e da Conlute, as organizações que
podem unificar as mobilizações
contra as reformas.

OPINIÃO - SEBASTIÃO CARLOS (CACAU), da Belo Horizonte (MG)

Tucanoduto mostra que PT e PSDB são iguais



Enquanto o PSDB abria seu
congresso nacional, no último dia
22, o Procurador Geral da Repú-
blica, Antônio Fernando Souza,
apresentava ao Supremo Tribunal
Federal (STF) sua denúncia contra
o chamado tucanoduto mineiro. O
documento de 90 páginas descreve
um esquema de desvio de verbas
para o financiamento da campanha
do então candidato ao governo de
Minas em 1998, o atual senador
Eduardo Azeredo.

Além do senador tucano, o pro-
curador também cita Walfrido Mares
Guia, que integrava o governo do
estado e coordenava a campanha
eleitoral tucana. Diante da denún-

cia, Walfrido deixou o Ministério das
Relações Institucionais (aquele mesmo
que negocia cargos e verbas em troca
de apoio ao governo Lula).

O esquema desviou R\$ 3,5 milhões
de estatais e contava com a participa-
ção de Marcos Valério, o mesmo que,
anos depois, coordenou o mensalão
do governo Lula. Além disso, o desvio
era realizado através da empresa de
publicidade de Duda Mendonça. A se-
melhança dos dois escândalos é tanta
que o procurador chama o tucanoduto
de “laboratório” para o mensalão.

A denúncia deixa evidente a ra-
zão pela qual os tucanos não foram
a fundo nas investigações contra o
mensalão do PT. O governo Lula nada
mais fez do que dar seqüência ao
esquema montado pelos tucanos. Até
mesmo Marcos Valério e Duda Men-
donça foram reaproveitados no âmbito
federal, levando sua “experiência” ao
Congresso e ao Planalto.

A defesa de Azeredo segue tam-
bém a mesma linha adotada pelo PT.
Segundo ele, teria havido apenas caixa
2. O governador de Minas Gerais, Aécio
Neves (PSDB) saiu em defesa do tuca-
no e disse que a roubalheira “é um per-

calço da vida”. Aécio está preocupado
que a lama possa atingi-lo, estragando
suas pretensões presidenciais.

Não há prazo para aceitação da
denúncia a ser julgada pelo STF. Porém,
assim como ocorreu com o mensalão,
mesmo que seja aceita, os responsá-
veis não serão punidos. Em toda sua
história, o Supremo nunca condenou
ninguém. Há grandes possibilidades do
processo do mensalão não ter nenhum
desfecho e mofar nas gavetas do STF.

Essa nova denúncia mostra que
PT e PSDB são iguais. Assim como os
tucanos não quiseram investigar o
mensalão, o governo, preocupado em
aprovar a CPMF, pretende abafar o es-
cândalo. Além disso, é revelador que o
coordenador do tucanoduto em Minas
estivesse agora à frente da coordena-
ção política do governo Lula. Mostra
também a falência das instituições.
Até mesmo da justiça burguesa, vista
como última barricada de moralidade
do sistema, mas sempre pronta a ab-
solver os políticos corruptos.



LIÇÕES DE OUTUBRO, UM LIVRO IMPRESCINDÍVEL SOBRE OS PRINCIPAIS ENSINAMENTOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

MARIÚCHA FONTANA,
da direção nacional do PSTU

No ensaio “Lições de Outubro”, recém publicado no Brasil pela editora Sundermann, Trotsky demonstra que para tomar o poder da burguesia, é necessário um partido revolucionário e uma direção preparada, que possa guiá-la. E mostra também um fato pouco conhecido e pouco discutido: durante todo o transcurso da Revolução Russa, no Comitê Central do partido bolchevique havia uma ala oportunista poderosa, que em todos os momentos mais cruciais esteve em desacordo com Lênin. Essa ala defendia uma estratégia de encaminhar a revolução para uma democracia burguesa e, inclusive, mesmo depois da tomada do poder pelos bolcheviques, queria devolver o poder à burguesia e o governo aos reformistas.

Diz Trotsky, sobre o partido bolchevique: “(...) no momento da ação decisiva, formou-se neste partido tão bem preparado, ou melhor, nas suas esferas dirigentes, um grupo de antigos bolcheviques, revolucionários experientes, que se opôs violentamente ao golpe de força proletário e assumiu em todas as questões essenciais, durante o período mais crítico da revolução, de fevereiro de 1917 a fevereiro de 1918, uma posição social-democrata. Foi preciso a excepcional influência de Lênin no partido para preservar este e a revolução de tal estado de coisas. Eis o que nunca se deverá esquecer se quisermos que os partidos comunistas dos outros países aprendam alguma coisa na nossa escola”.

Trotsky dava importância extraordinária a que os dirigentes estudassem as revoluções, especialmente a de Outubro, se quisessem dirigir uma. Alertava que o partido é instrumento essencial da revolução e que tanto a experiência russa, quanto as da Finlândia, Hungria, Itália, Bulgária e Alemanha, erigiam quase como uma lei a

inevitabilidade de uma crise no partido, quando este passava de um período de preparação ao da luta pelo poder. Dizia que o partido corria o risco de perder-se na inércia, de não acertar o passo com as tarefas históricas da sua própria classe e de se tornar instrumento direto de outra classe.

LÊNIN LUTA CONTRA MAIORIA DA DIREÇÃO BOLCHEVIQUE

A tarefa da tomada do poder só foi posta ao partido depois que Lênin chegou à Rússia, vindo do exílio em abril.

Até então, a direção do partido aferrava-se à fórmula da “ditadura democrática do operariado e do campesinato”, colocando-se como ala esquerda e de pressão sobre o governo provisório (governo burguês) que tinha surgido da revolução de fevereiro.

A revolução contra o Czar significava apenas que, se o proletariado não prosseguisse com a revolução, ela apenas se aproximaria de uma república burguesa. Os bolcheviques, até a chegada de Lênin, não tinham a estratégia de derrubar tal governo, nem de tomar o poder. Queriam pressionar o governo, para que este fosse o mais à esquerda possível dentro dos limites da “revolução democrática” e exigiam dele que negociasse a paz com as demais potências em guerra. Se isso não fosse conseguido, defendiam que os operários e camponeses russos seguissem na guerra. Contrariavam a posição revolucionária perante a mesma, que não era de defesa do seu país, mas de derrotismo revolucionário.

Claro! Faziam isso tudo em nome da revolução e da democracia.

Lênin, ainda antes de chegar à Rússia, insurgia-se contra essa política, através de suas “Cartas de Longe”. Dizia “é inadmissível fingir desconhecer e dissimular para o povo que este governo não pretende a continuação da

guerra imperialista (...) Pedir a este governo uma paz democrática é a mesma coisa que pregar a virtude a donos de bordel”.

Quando desembarcou na estação Finlândia, Lênin fez um discurso que caiu como uma bomba para muitos dirigentes do partido, ao falar sobre o caráter socialista da Revolução Russa. No dia seguinte ele insurgiu-se contra a posição do Pravda, jornal bolchevique: “É preciso não conceder nenhum apoio ao governo provisório, é preciso explicar a falsidade de todas as suas promessas (...)”

Havia acontecido uma demonstração armada em abril, em que ecoou a palavra de ordem “Abaixo o governo provisório”. Tal fato serviu à ala direita para acusar Lênin de aventureiro, já que a maioria dos soviets, naquela altura, tinha enormes ilusões no governo provisório.

A manifestação de abril, no entanto, serviu apenas para aferir o ânimo das massas e demonstrou a necessidade de um longo trabalho de preparação. Uma vez feita a experiência, Lênin retirou a palavra de ordem de ‘abaixo o governo provisório’, mas o fez tão somente porque as massas ainda não eram capazes de derrubá-lo, não porque a revolução deveria parar no trilho da democracia burguesa.

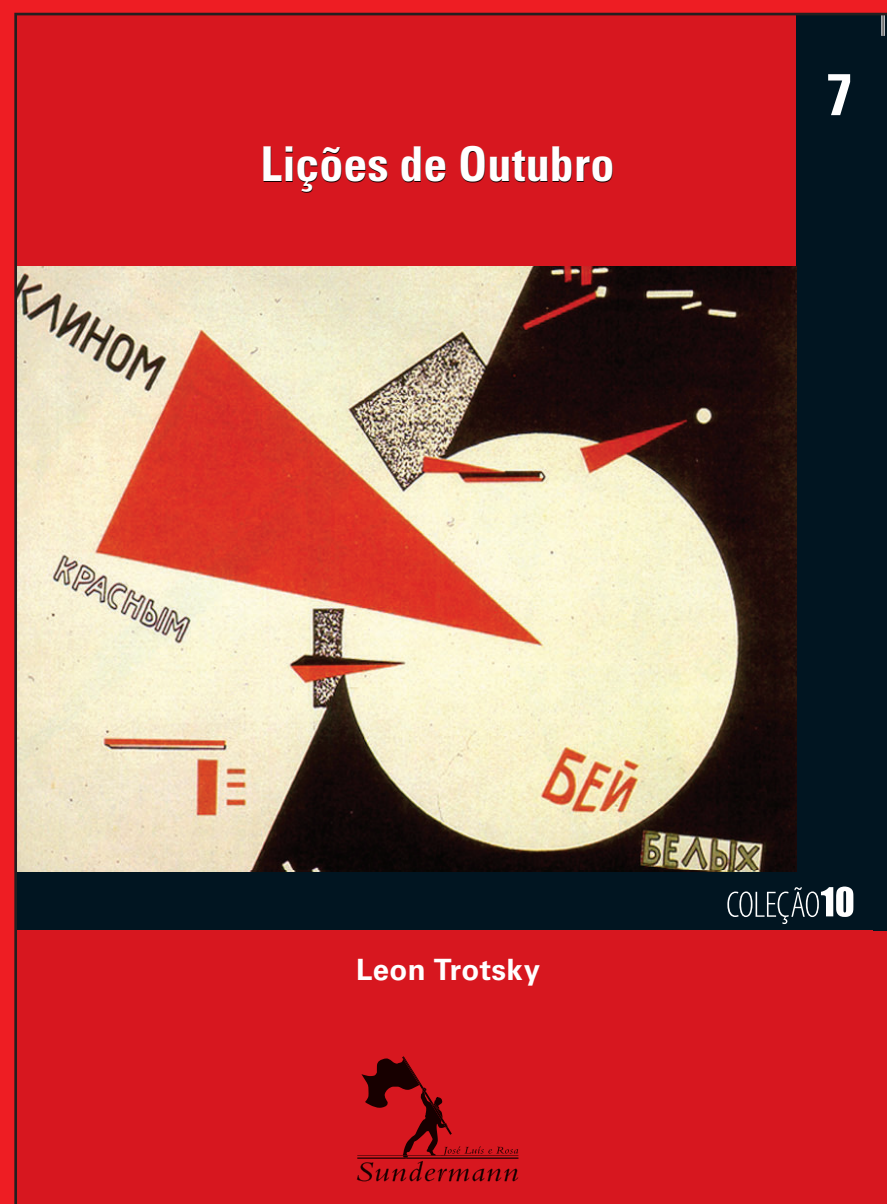
A conferência de abril do

partido foi palco de uma intensa luta política, acirrada e polarizada, pela seguinte polêmica, segundo Trotsky: “lançamos à conquista do poder para realizar a revolução socialista ou ajudamos (qualquer um e todo mundo) à concluir a revolução democrática?”. Lênin, depois de muita briga, ganhou a maioria para sua política e estratégia, que seria sintetizada nas “Teses de Abril”.

Os mencheviques, os maiores defensores de que a burguesia dirigisse o país, entram no governo. A ala direita dos bolcheviques assume então, as antigas posições dos mencheviques: querem fazer pressão de fora do governo, nos marcos do parlamentarismo burguês.

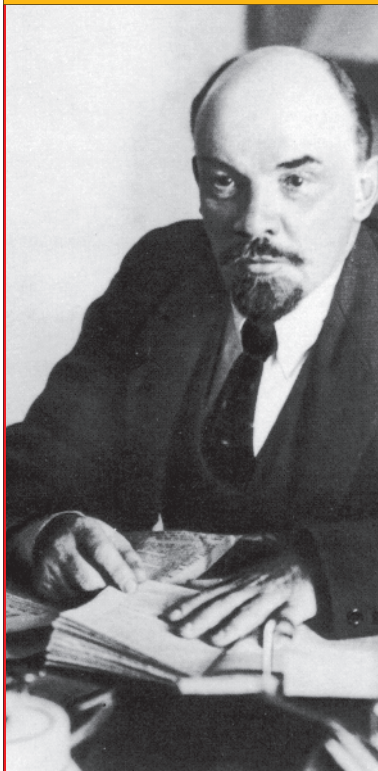
Lênin ganhou a Conferência de Abril, assegurando uma linha inteiramente diferente e revolucionária ao partido bolchevique. Mas não eliminou essa ala oportunista, que viria a manifestar-se em todos os momentos cruciais da revolução.

Nas jornadas de julho, se armou uma ação minoritária de massas prematura contra o governo. O partido bolchevique, sendo contrário à mesma, decide acompanhar as massas avançadas, para poder evitar uma insurreição precipitada, que levaria a uma derrota maior. A ala direita cresce novamente, voltando a carga contra o “aventureirismo”. Na verdade, estava questionando de fato a estratégia da tomada do poder.



Leon Trotsky





Depois das jornadas de julho, o partido bolchevique teve suas sedes invadidas, e uma parte dos dirigentes presos. Mas corretamente atuou no sentido de acompanhar as massas e evitar um desastre maior.

A LUTA CONTRA KORNILOV: AS DIFERENÇAS NÃO DESAPARECERAM

A unidade de ação com o governo de Kerensky contra o golpe de Kornilov, atenuou as diferenças com a ala direita, mas não as fez desaparecerem.

A certa altura, a ala direita manifestou a tendência ao apoio político à Kerensky, a defesa da “pátria”.

Lênin reagiu com firmeza: *“Mesmo agora, não devemos sustentar o governo de Kerensky. Seria faltar aos princípios. Mas, então, dir-se-á, não se deve combater Kornilov? Certamente sim. Mas, entre combater Kornilov e sustentar Kerensky há uma diferença, um limite, que certos bolcheviques transpõem, caindo no “conciliacionismo”, deixando-se arrastar pela torrente dos acontecimentos”*.

CONFERÊNCIA DEMOCRÁTICA E PRÉ-PARLAMENTO

De 14 a 22 de setembro é convocada uma Conferência Democrática, que deu origem a um pré-parlamento. Os mencheviques e socialistas revolucionários procuravam ligar-se aos bolcheviques, através da legalidade parlamentar burguesa. A ala direita dos bolcheviques simpatizava com essa tática.

Os soviets deveriam, na visão deles, transferir progressivamente as suas funções para as instituições “qualificadas” (municipalidades, distritos, sindicatos e, finalmente, para

a Assembléia Constituinte) e, assim, irem abandonando a cena política.

O pensamento político das massas deveria encaminhar-se para a Assembléia Constituinte, coroamento da revolução democrática e burguesa.

A essas alturas, os bolcheviques já eram maioria nos soviets e sua influência no exército crescia todos os dias. Já se tratava de decidir por qual via seguir, se tomavam o caminho da insurreição e da tomada do poder, de “todo poder aos soviets” para erigir a ditadura do proletariado, ou se do parlamentarismo burguês e, portanto, da ditadura da burguesia.

Lênin defendia o abandono ostensivo da Conferência Democrática e do boicote ao pré-parlamento. Mas os bolcheviques tinham 100 membros na conferência democrática, sendo que 50% concordava com as posições da ala direita, contra a posição de Lênin.

A concepção essencial da ala direita era de que a revolução devia transitar dos soviets ao parlamentarismo burguês, o pré-parlamento era o elo desse processo e, uma vez que os comunistas não se negam a ocupar cadeiras no parlamento, também não deveriam boicotar o pré-parlamento. Para eles, era preciso completar a revolução democrática e “preparar” a revolução socialista, depois de um longo aprendizado de muitos anos com o parlamentarismo burguês, no qual eles seriam a oposição.

Lênin, mais uma vez, foi decisivo e chegou a propor um congresso extraordinário do partido, cuja plataforma deveria ser o boicote ao pré-parlamento, martelando num único pensamento: *“não é ao pré-parlamento, visando ser rabo revolucionário dos conciliadores, que devemos ir, mas às ruas, visando lutar pelo poder!”*. Não foi necessário um congresso, Lênin conseguiu o necessário deslocamento de forças à esquerda no comitê central e na fração do pré-parlamento, abandonado em 10 de outubro pelos bolcheviques.

ALA DIREITA CONTRA A INSURREIÇÃO

Em 16 de outubro, foi criado o comitê militar revolucionário. Os bolcheviques, que já eram maioria nos soviets das principais cidades, sabiam que marchavam contra o tempo. Era preciso organizar a insurreição que consideravam uma arte, como Marx. Sabiam que o proletariado

não tem a menor chance de sucesso em insurreições espontâneas, sem direção, sem preparo, sem organização.

Depois de votada pelo partido a organização da insurreição, a ala direita vem a público, através da carta “Sobre o momento presente”, de Kamenev e Zinoviev, erguendo-se contra a decisão do Comitê Central a respeito da insurreição armada.

Diz a carta: *“Estamos profundamente convencidos de que proclamar neste momento a insurreição armada é por em jogo não só a sorte de nosso partido, mas também a Revolução Russa e a internacional. (...)”*... e propõem fa-

zer o seguinte: *“Por intermédio do exército e dos operários, apertamos um revólver contra as ténporas da burguesia, que sob essa ameaça, não poderá impedir a convocação da Assembléia Constituinte”*

ALA DIREITA DEPOIS DA INSURREIÇÃO

Em 25 de outubro, foi tomado o poder e constituído o governo soviético em Petrogrado. Em 4 de novembro, vários dirigentes apresentaram sua demissão do Comitê Central e do Conselho de Comissários do Povo, exigindo a criação de um governo de conciliação entre os partidos dos soviets.

Exigiam a devolução do poder aos mencheviques e socialistas revolucionários e a convocação de uma Constituinte, para “evitar um derramamento de sangue”.

Os bolcheviques, como todos sabem, depois da tomada do poder, convocaram uma Constituinte para que as massas fizessem a experiência com ela: exigiram que ela ratificasse todo poder aos soviets, como ela não o fez, foi dissolvida com apoio dos soviets.

Assim, contra a sua própria ala direita, o partido bolchevique conquistou o poder e o conservou.



Trotsky discursa

LIÇÕES DE OUTUBRO LEON TROTSKY

Publicação da editora Sundermann.

Este livro é um importante complemento à edição da História da Revolução Russa, em homenagem aos 90 anos da revolução.

163 páginas
R\$ 10,00



25 DE NOVEMBRO: Dia internacional de combate à violência contra a mulher

A CADA 15 SEGUNDOS, uma mulher é espancada. A cada nove segundos, uma mulher é ofendida na conduta sexual. Também a cada nove segundos, uma mulher é desmoralizada no trabalho doméstico ou remunerado. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas...

ANA MINUTTI, da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

Na semana de combate à violência contra a mulher, um caso revoltante tomou as manchetes de todos os meios de comunicação do país: no Pará, uma menina de 15 anos, suspeita de furto, permaneceu mais de um mês numa cela com 34 homens, sendo espancada e estuprada sistematicamente. Pesquisas e estatísticas realizadas no Brasil e no mundo levam, todas elas, a uma mesma conclusão: a situação vivida pelas mulheres é de barbárie. A combinação de opressão e exploração capitalista e patriarcal faz com que as mulheres sejam as mais pobres, que trabalhem mais horas, que recebam menos e que mais adoecem.

O senso comum diz que as desigualdades entre homens e mulheres foram superadas. Se

refletirmos, contudo, facilmente constataremos que a realidade é outra. Por que ainda há mulheres sofrendo violência? Por que a maior parte dos casos ocorre dentro das casas?

A violência contra a mulher é tratada como natural e tem sido banalizada e considerada algo sem importância. O estupro, a agressão física, a tortura e a morte acontecem, em sua maior parte, no interior dos lares. A cada dez mulheres agredidas, sete foram vítimas de seus companheiros, fazendo com que em 63% dos casos o agressor seja alguém de suas relações íntimas.

UMA QUESTÃO DE CLASSE

A violência sofrida pelas mulheres no capitalismo se dá de inúmeras formas e em todos os espaços por elas ocupados, não sendo um “privilégio” dos países

dependentes e periféricos. Dados da Polícia Federal dos EUA mostram que naquele país, a cada 18 segundos, uma mulher apanha de um homem.

A prática da mutilação feminina (amputação do clitóris) já aleijou 114 milhões de mulheres em todo o mundo. A prática do aborto é condenada no Brasil e em quase todos os países da América Latina.

A violência doméstica, no entanto, não é a única forma de agressão ou causa de morte entre as mulheres. Enquanto essa forma de violência atinge qualquer mulher de qualquer classe social ou casta, a violência capitalista tem endereço certo: as trabalhadoras e pobres de todos os países. Com 20% dos países concentrando 80% da renda mundial, o que resta para as(os) trabalhadoras(es) de países como os da América Latina

é o desemprego e a fome.

No Brasil, o governo de Lula tem um discurso aparentemente progressivo de combate à violência. Com práticas demagógicas, o governo vem atacando de forma mais profunda as mulheres trabalhadoras. Isso se reflete no desemprego, nos baixos salários e na retirada de direitos, algo que vem acontecendo com as propostas de reformas sindical e trabalhista, e da Previdência.

Recentemente, o Senado aprovou um projeto de suposto aumento do tempo de licença-maternidade para trabalhadoras da iniciativa privada, facultativo aos patrões e garantindo-lhes isenção fiscal, ou seja, não é garantido pelo Estado, nem ao conjunto das trabalhadoras.

É uma minoria rica impondo suas leis a uma maioria trabalhadora, negra, jovem e pobre.



“Não digam nunca: isso é natural! Para que nada passe por imutável”
BERTOLT BRECHT



NO PARÁ, BRUTALIDADE E CRUELDADE COM A CONVÊNCIA DAS “AUTORIDADES”

LUCIANA CÂNDIDO, do Portal do PSTU

Há duas semanas, na cidade de Abaetetuba (PA), uma menina de 15 anos foi mantida presa numa cela com 34 homens, detida por suspeita de furto. Ela apanhava e era impedida de chegar à porta pelos presos. Foi estuprada sistematicamente, obrigada a trocar sexo por alimento.

Aproveitando a proximidade da cela com a rua, a menina gritava para chamar a atenção de quem passava. Após um mês, uma denúncia anônima chegou ao Conselho Tutelar. Quando

foi descoberta, tinha marcas de queimaduras e hematomas pelo corpo. Para ser confundida com homens, seu cabelo foi raspado. Em depoimento, a menina declarou que gostava da quinta-feira, quando as mulheres dos presos iam visitá-los e ela tinha folga.

A família passou a sofrer ameaças e está, agora, “foragida”, no programa de proteção à testemunha. Tiveram suas vidas roubadas.

As autoridades, cinicamente, se dizem chocadas e enchem um jogo de empurra. A Justiça diz que não sabia. O delegado da cidade, Celso Via-

na, justificou o injustificável dizendo que o município só tinha uma cela. A prisão foi efetuada pela delegada Flávia Verônica Pereira. O pedido de transferência foi levado à Justiça somente 17 dias após a prisão, sendo que ela sequer poderia ter sido presa. A juíza Clarice Maria de Andrade não atendeu ao pedido.

Depois dessa denúncia, pelo menos mais quatro casos idênticos foram registrados no Pará. Isso tudo aconteceu sob os olhos da governadora petista Ana Júlia, chefe máxima da polícia.

Este episódio, por acaso,

chegou a público, mas, hoje, cerca de um terço das detentas brasileiras não está em carceragem feminina: estão presas junto com homens, sofrendo todo o tipo de violência, abuso e humilhações.

NÃO BASTA SER MULHER

As várias mulheres que tiveram responsabilidade na violação da menina paraense são a prova de que não basta ser mulher para lutar contra a opressão.

A ex-feminista Ana Julia, governadora do Pará é cúmplice da brutalidade que sofreu a jovem. Ironicamente, ela

faz parte da ala esquerda do Partido dos Trabalhadores, a Democracia Socialista (DS). Hipocritamente, declarou que mulheres presas com homens “é uma prática lamentável, que, infelizmente, já acontece há algum tempo”, como se não tivesse nada a ver com o assunto. O que aconteceu no Pará é indefensável, e o governo tem de ser responsabilizado.

Essa é a prova da degeneração completa e da rendição do PT ao capitalismo selvagem, que precisa da submissão da mulher para sobreviver. A violência – física e moral – é a face mais cruel dessa opressão.

Lei Maria da Penha não reduz violência

FABIANA AMARAL, advogada da Apeesp, e **JANAÍNA RODRIGUES**, da Conlutas

Em agosto de 2006, às pressas, um mês antes da eleição presidencial, Lula, sancionou a chamada Lei Maria da Penha. A lei significou apenas a proibição da aplicação da Lei nº 9.099/95, a famosa “lei das cestas básicas”, e a impossibilidade de um juizado especial de violência doméstica e familiar julgar o crime e conceder medidas protetivas de urgência.

Porém não significa que, agora, “bateu em mulher vai preso”. Ainda pode ser oferecida ao agressor a suspensão

condicional do processo ou da pena aplicada se este for primário e a depender da “natureza do fato”.

UM BALANÇO DA LEI

Se é verdade que todas as mulheres sofrem violência, independentemente da classe social a que pertencem, não é verdade que as consequências da violência são as mesmas para mulheres ricas e para as mulheres trabalhadoras e pobres. Após um ano da vigência da Lei Maria da Penha, verificou-se uma redução nas denúncias. Obviamente, a diminuição não ocorreu porque diminuíram os casos, mas porque a maioria

das trabalhadoras e mulheres pobres não têm condições financeiras para saírem de suas casas e sustentarem os filhos sozinhas.

Quem precisa das instituições públicas são as trabalhadoras e pobres que dependem única e exclusivamente destas, por não possuírem condições financeiras. São elas que estão nos trabalhos mais precarizados e informais ou desempregadas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as mulheres que estão no governo Lula – Ana Julia, Dilma Rousseff, Marta Suplicy, Marina Silva, etc. – elaboram e aplicam leis que mantêm essa situação caótica



da mulher, a falta de liberdade e a desigualdade dos trabalhadores e explorados”.

O LIMITE DA LUTA INSTITUCIONAL

Aquilo que, com grandes lutas, as mulheres arrancam de um lado, a democracia capitalista toma de volta e arranca mais ainda. Todas as grandes conquistas que as mulheres obtiveram nos estados capitalistas, principalmente em relação à legislação, não foram suficientes para protegê-las contra os ataques dos governos “democráticos” capitalistas e do imperialismo. Na verdade, a libertação da mulher não se dará na esfera institucional através das leis. A justiça burguesa sequer pune as atitudes preconceituosas e violentas com relação às mulheres. A impunidade incentiva mais agressão.

A VERDADEIRA EMANCIPAÇÃO

É preciso que essas leis façam parte de uma sociedade na qual haja plenas oportunidades para homens e mulheres se desenvolverem. Na qual haja pleno emprego para todos e todas; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; a luta pela socialização do trabalho doméstico com a construção de lavanderias e restaurantes coletivos; creches nos locais de trabalho, moradia e

em que se encontram hoje as mulheres trabalhadoras. Essas feministas de ontem são as novas burguesas de hoje, que nada têm a ver com as trabalhadoras exploradas.

Para que as mulheres conquistem os recursos necessários em casos de violência, é necessário, antes de mais nada, questionar o papel cumprido pelo governo Lula, que, em nome do pagamento das dívidas externa e interna, cortou 42% do orçamento de 2007 destinado aos programas de combate à violência contra a mulher, e do restante previsto para a aplicação em 2007, até agora, somente 4% foi investido.

discriminatórios.

Para fazer qualquer lei ou discurso “progressista” se tornar realidade, é preciso mobilizar as mulheres e os trabalhadores, seus sindicatos e partidos, para denunciar permanentemente a violência machista como mais uma expressão de brutalidade a que o capitalismo atira os seres humanos.

A VERDADEIRA EMANCIPAÇÃO

É preciso que essas leis façam parte de uma sociedade na qual haja plenas oportunidades para homens e mulheres se desenvolverem. Na qual haja pleno emprego para todos e todas; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; a luta pela socialização do trabalho doméstico com a construção de lavanderias e restaurantes coletivos; creches nos locais de trabalho, moradia e

A. tem 37 anos e dois filhos. Casou aos 17 anos e passou 18 anos com o mesmo parceiro, seu agressor. Separada há um ano, hoje faz parte do Grupo Vozes, que organiza mulheres vítimas de violência no ABC paulista. Leia um trecho do depoimento de A. ao Opinião Socialista.

“Eu tinha ido à delegacia da mulher (eu tinha ido umas duas vezes) e eu estava muito desesperada, procurando ajuda. Aí elas [Grupo Vozes] me deram um papelzinho falando do Cedesc, com um número de telefone e um endereço. (...) Ele tinha muitos ciúmes, e o ciúme dele virava violência, uma violência contínua. Eu estudava e trabalhava, era bem ativa para fazer as minhas coisas. (...) E ele me agredia. Em alguns desses momentos, eu fui à delegacia da mulher e procurei ajuda. Naquele momento, eu não tinha a minha identidade. De tanto viver sob a pressão dele, eu perdi a minha identidade. (...) Na delegacia, eles queriam que a gente registrasse uma ocorrência e não era isso que eu queria naquele momento, porque eu não estava pronta para isso. É muito, muito difícil para a gente tomar esta decisão, mas a gente tem de se segurar em alguma coisa, tem de ter um apoio. (...) Hoje, nós só falamos da agressão física, ‘ele me bateu’, mas também tem a agressão moral, psicológica. A gente tem de tomar consciência disso e do que nós somos capazes. Nós, mulheres, depois que casamos ou nos juntamos, acabamos vivendo para o homem e sob o homem, perdemos a nossa identidade. É o momento de começarmos a dar a volta por cima e mostrarmos que somos pessoas também.”

SEMINÁRIO DEBATE REORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

São Paulo, 23, 24 e 25 de Novembro de 2007



DAVID CAVALCANTE, do ILAEE NE

O Seminário Nacional do Ilaese (Instituto Latino-americano de Estudos Sócio-econômicos), realizado entre os dias 23 e 25 de novembro, em São Paulo, reuniu cerca de 50 dirigentes sindicais, ativistas e membros de oposições, representando 30 entidades de várias categorias e regiões do país, além das opiniões de distintas correntes políticas e intelectuais da esquerda marxista.

O Seminário foi convocado com o objetivo de lançar diretrizes para “a construção de um sindicalismo socialista e revolucionário” analisando os desafios diante da realidade brasileira do movimento sindical atual marcada pelos processos da globalização imperialista e da reestruturação produtiva desenvolvidas pelo capital para explorar os trabalhadores.

O tema da reorganização do movimento sindical expresso no surgimento de novas entidades sindicais e populares foi bem localizado em diversas mesas nos marcos da ascensão do governo de frente popular de Lula e da adesão da CUT e do PT à gestão direta do Estado capitalista.

GLOBALIZAÇÃO E SINDICATOS

A mesa 1, com o tema “Imperialismo, Estado e Sindicatos”, ministrada pelo Coordenador Nacional do Ilaese, Wiliam Felipe, destacou os marcos históricos e teóricos da relação sindicato/Estado com a ascensão do imperialismo como fase monopolística do capitalismo e os

limites que possui o movimento sindical diante da superação dos problemas estruturais gerados pelo capitalismo em sua fase decadente. A necessidade da busca da intermediação do Estado na luta contra o capital, numa época histórica em que o Estado capitalista não pode oferecer reformas duradouras para melhorar o nível de vida dos trabalhadores, seria a base social para a subordinação dos sindicatos e o surgimento da burocracia sindical como camada social privilegiada que emperra a luta dos trabalhadores e destrói a independência dos sindicatos em relação ao Estado e aos capitalistas. Wiliam ressaltou que a burguesia não pode manter seu sistema sem o apoio direto das lideranças sindicais.

A mesa 2, cujo tema foi “Reestruturação do Trabalho e Movimento Sindical”, foi ministrada pelo professor da USP, Ruy Braga, e a mesa 5, “Mapa do Trabalho e Mapa dos sindicatos no Brasil”, foi apresentada pela professora da Universidade Metodista e integrante do Ilaese, Lucy Praun, destacaram a reestruturação produtiva ou do “novo regime de acumulação” desenvolvido nos anos 90.

Segundo Ruy Braga, o “novo regime de acumulação financeira do capital” havia gerado a “empresa neoliberal” marcada por uma nova condição operária cuja relação de trabalho predominante nas empresas seria a precarização, o trabalho em equipe e a terceirização, bases para o aumento da pro-

ductividade e da fragmentação da classe operária. Braga, fez uma importante ressalva para o crescimento do proletariado do setor de telemarketing (aproximadamente 675 mil trabalhadores no Brasil) cujo perfil social é marcado pela feminização do trabalho - 80% do setor são de mulheres negras submetidas a condições de extrema exploração.

Lucy destacou a desregulamentação das relações do trabalho tanto do setor privado como do setor público como mecanismos do capital face ao aumento da competitividade do mercado, onde os empresários e governos buscam melhor explorar os trabalhadores.

A mesa 3, “Estado e estrutura sindical no Brasil: reforma e persistência da estrutura getulista”, apresentada por Armando Boito, professor da Unicamp, foi a mais polêmica, pois concentrou sua exposição na necessidade da prioridade da luta contra a estrutura sindical do Brasil, herdada do período getulista. Boito não vê a possibilidade da construção de um sindicalismo classista e anti-burocrático sem que se priorize a luta contra a unicidade sindical, contra o imposto sindical e busca por sindicatos livres não oficiais, sem os quais a luta político-sindical dos trabalhadores não poderia ultrapassar o sindicalismo corporativista atrelado ao Estado. Nas discussões, porém, houve desacordos com Boito, que parte de premissas corretas, mas chega a conclusões equivocadas. Apesar

da manutenção da estrutura sindical getulista (que fortalece de fato a burocracia) é possível construir um sindicalismo classista, combativo e anti-burocrático, como por exemplo é o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e o Andes-SN.

Nas mesas 4 e 6 o professor Teones França, destacou a política da Articulação Sindical e sua visão imposta nos anos 90 de sindicalismo cidadão em oposição ao sindicalismo classista, como fator decisivo para a adaptação da CUT à ordem capitalista. Na mesa 6, “A organização dos trabalhadores no local de trabalho: experiências históricas e tarefas atuais”, Geraldo Ferreira da Silva, ex-membro da Comissão de Fábrica da ASAMA, entre 1981 a 1986, fez o relato de uma rica experiência do papel que pode cumprir uma Comissão de Fábrica independente dos empresários e do sindicato, gerando uma prática sindical coletiva não burocrática, diferente das experiências das Comissões de Fábricas do ABC da mesma época, dirigidas pela Articulação.

A última mesa foi apresentada pelo sindicalista José Maria de Almeida, da Conlutas, com o tema “Os desafios do sindicalismo revolucionário: concepção, programa e estrutura sindical”. Zé Maria, defendeu alguns eixos políticos decisivos para a construção de uma nova direção sindical para o próximo período, capaz de enfrentar

o sindicalismo governista da CUT: a independência política e financeira do Estado e da burguesia; a relação de colaboração, mas da autonomia com os partidos da classe trabalhadora; a ação direta em detrimento das negociações conciliadoras como instrumento prioritário para enfrentar os projetos do governo e dos capitalistas; o exercício permanente da democracia operária como método fundamental para dirigir as entidades sindicais buscando educar os trabalhadores nesta prática cotidiana; a busca da unidade dos trabalhadores da cidade e do campo e demais movimentos sociais na luta pela construção de um projeto socialista e revolucionário, ultrapassando o sindicalismo de resultados da CUT e Força Sindical.

TRAVAR DISCUSSÃO NA BASE

O Seminário organizado pelo Ilaese foi um importante passo na formação política para o debate que haverá no ano de 2008 no Congresso da Conlutas sobre concepção sindical, além de contribuir para estimular a realização de outras atividades com o mesmo tema, que precisa ser desenvolvido entre as diretorias, oposições sindicais e na base das categorias e sindicatos das diversas regiões do país, buscando um amplo processo de conscientização e formação marxista revolucionária. Uma tarefa das mais grandiosas na construção de uma nova direção do movimento operário e popular do Brasil.



Correio Internacional

PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI) – WWW.LITCI.ORG

ENCONTRO LATINOAMERICANO E CARIBENHO DE TRABALHADORES

CHAMADO pela COB, CONLUTAS, Batay Ouvriye e a TCC

A Central Operária Boliviana (COB), a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a Batay Ouvriye (Batalha Operária – Haiti) e a Tendência Classista e Combativa (TCC – Uruguai) acabam de lançar a convocatória para a realização de um Encontro Latino-americano e Caribenho dos Trabalhadores, nos dias 7 e 8 de julho de 2008, em Betim (Minas Gerais), cuja consigna é “Muitas Vozes. Uma só luta”.

A LIT-QI saúda e adere à convocatória porque considera que esse Encontro pode se transformar em um fato histórico para os trabalhadores Latino-americanos e Caribenhos. Este é um passo muito importante para a construção de uma organização sindical continental que impulse e potencialize sua capacidade e disposição de luta, largamente demonstrada.

Sobre a região atuam hoje em dia duas organizações sindicais internacionais. Uma delas é a Confederação Sindical Internacional (CSI), recentemente surgida da fusão da CIOSL e da CMT, de ideologia social-democrata e social-cristã. Nela, atuam os sindicatos “amigos” do imperialismo ianque e europeu e a maioria dos governos burgueses do continente. São os sindicatos defensores das privatizações e dos planos de ajuste. A CSI é o mais forte aparato sindical da região.

A segunda organização é a Federação Sindical Mundial (FSM) - stalinista - que, logo após a derrocada da URSS e a restauração capitalista nos ex-estados operários, começou a se reorganizar a partir de Cuba. Apesar de sua fraseologia de “esquerda”, é também um aparato burocrático “amigo” de outros governos burgueses como o de Chávez, na Venezuela, ou Rafael Correa, no Equador.

Nenhuma dessas duas organizações sindicais são ponto de apoio no qual os trabalhadores possam se organizar para lutar. Pelo contrário, as duas organizações se constituem num freio para essa luta, como mostraram os processos revolucionários dos últimos anos, quando sua principal preocupação era “apagar os incêndios” para salvar a pele do imperialismo e dos

governos burgueses. Precisamente, essa é uma das grandes contradições do processo vivido pelo continente: lutas muito agudas que não encontram sua expressão no surgimento de fortes organizações sindicais combativas.

Entretanto, são numerosos sindicatos ou oposições sindicais que surgem por fora dessas organizações burocráticas e pró-burguesas, que querem e necessitam lutar contra o imperialismo, os patrões e os ataques de seus respectivos governos.

Nesse sentido, esse chamado ao Encontro é um reflexo do processo de ascenso revolucionário que vive o continente há vários anos, algo que se expressa em diversos países de formas diferentes. É esse ascenso revolucionário que se choca com essas burocracias sindicais (sejam pró-imperialistas ou de “esquerda”) e dão lugar ao surgimento de novos dirigentes e novas organizações sindicais. Também é esse ascenso revolucionário que põe na ordem do dia a necessidade de se avançar em uma Coordenação das Lutas na América Latina e Caribe.

O SIGNIFICADO DA CONVOCATÓRIA

Neste marco, a convocatória ao Encontro tem um profundo significado. Vejamos os mais importantes:

a) Levanta um programa de luta comum para todos os países Latino-americanos e Caribenhos, que inclui pontos centrais da luta antiimperialista, das reivindicações operárias e populares e da luta contra as políticas dos governos do continente.

b) Poderá permitir um avanço na coordenação das lutas que hoje estão se dando, isoladas e separadas em cada país, ainda que tenham bandeira e inimigos comuns. Se as condições e acordos permitirem, isso poderá se expressar em alguma forma de

coordenação permanente, a partir do próprio Encontro. De qualquer forma, será um primeiro passo nesse sentido e, ao mesmo tempo, permitirá a incorporação de outras organizações, além das convocantes.

c) Poderá ter uma incidência concreta nos processos de cada país, como na Argentina, Paraguai, Peru, Equador, Costa Rica, etc, onde estão se dando riquíssimos processos de reorganização sindical e o surgimento de novas direções. Sem dúvida, a maioria delas se dão de forma dispersa, sem uma expressão organizativa que os unifique nacionalmente. A convocatória ao Encontro e o desenvolvimento das atividades preparatórias podem ser um canalizador e como um eixo unificador desses processos. A realização de encontros nacionais prévios para discutir a convocatória, elaborar aportes, eleger representantes, etc, pode ser muito importante nesse sentido.

Para a LIT-QI, a convocatória ao Encontro retoma a bandeira do internacionalismo operário, a partir de um programa concreto de luta comum. Por outro lado, a convocatória compreende que esse internacionalismo não pode surgir de uma “unidade de

aparatos”, alheia aos trabalhadores, mas sim como uma construção dos próprios trabalhadores. Por isso, a LIT-QI aderiu ao chamado do Encontro e chama seus militantes a impulsioná-lo.



CONVOCATÓRIA

MUITAS VOZES, UMA SÓ LUTA

Companheiros e Companheiras:

Estamos vivendo dias dramáticos em nossa região. Em todos os países, os trabalhadores enfrentam uma dura ofensiva do imperialismo, materializada no roubo e na exploração levada a cabo pelas transnacionais e grandes empresas; na implementação do modelo econômico neoliberal aplicado pelos governos, e na presença de bases militares norte-americanas e ocupações militares estrangeiras, como no Haiti.

Essa situação está levando os trabalhadores da cidade e do campo, além de outros setores explorados da sociedade, a lutar com uma determinação cada vez maior contra a exploração a que estão submetidos. A resistência heróica dos povos da América Latina e do Caribe, assim como de outras regiões do planeta, como Iraque, produzem crise e dificuldades para a implementação dos projetos imperialistas.

Sem dúvida, essas crises não significam a diminuição dos ataques ou da exploração. Pelo contrário, o que vivemos é uma incessante ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu para aprofundar ainda mais o saque das riquezas e dos recursos naturais de nossos países e da exploração aos trabalhadores, contando para isso com a cumplicidade de nossos governos.

Para fazer isso, criminalizam e reprimem violentamente nossas lutas. O resultado é cada vez mais fome e pobreza, acompanhado de mais violência e desesperança em encontrar um emprego digno em nossos países, que se tornam cada vez mais semelhantes a colônias das transnacionais.

Essa realidade exige uma intensificação de nossas lutas de resistência, de maneira que avancemos até passar a ofensiva e derrotar o imperialismo e seus lacaios que estão nos governos de turno. Por isso, é necessária a união dos trabalhadores latino-americanos e do Caribe em um amplo processo de mobilização e de lutas para derrotar nossos inimigos de sempre.

Nesse cenário, há outro obstáculo que teremos que enfrentar: o fato de muitas organizações tradicionais dos trabalhadores do continente terem abandonado a perspectiva de luta de classe, passando a abraçar o modelo neoliberal, colaborando com os inimigos e abandonando os trabalhadores a sua própria sorte.

Fica sob nossa responsabilidade, portanto, dar os passos concretos no sentido de unir a classe operária e

todos que queiram lutar numa perspectiva clara de independência de classe, contra o imperialismo, a burguesia de cada país e seus governos lacaios.

Necessitamos unir e coordenar nossas lutas e esforços, fazendo da luta de cada categoria dos trabalhadores, de cada um dos países da região, uma única e forte luta geral de todos os trabalhadores latino-americanos e caribenhos, para expulsar o imperialismo da

Boliviana), Conlutas, Batay Ouvriye do Haiti e Tendência Classista e Combativa (TCC- Uruguai) convocam um Encontro Internacional de caráter sindical e popular da América Latina e do Caribe para estabelecer uma plataforma comum de ação e definir um plano de lutas comuns que permita avançar na constituição de uma Coordenadora Latino-americana e Caribenha de Lutas.

de nacionalização sem indenização, e com controle dos trabalhadores, dos recursos naturais da América Latina e do Caribe (hidrocarbonetos, metais preciosos, ferro, água, biodiversidade, e outros).

* Contra as reformas neoliberais;

* Contra as privatizações dos serviços públicos, da educação, da saúde e da Previdência social.

* Não ao pagamento das dívidas externas e internas;

* Contra os TLCs (Tratados de Livre Comércio) na América Latina e no Caribe;

* Por emprego e salário digno para todos;

* Contra a criminalização dos movimentos sociais; Abaixo a repressão das lutas e organizações dos trabalhadores;

* Fora tropas estrangeiras do Haiti;

* Fora imperialismo da América Latina e do Caribe. Por uma verdadeira independência dos povos de nossa região;

* Abaixo todas as formas de exploração e opressão do capitalismo aos trabalhadores;

* Viva o internacionalismo proletário!

COB (Central Operária Boliviana)

CONLUTAS
(Coordenadora Nacional de Lutas)

BO (Batay Ouvriye de Haiti)

TCC (Tendência Classista e Combativa - Uruguai)

Esta convocatória fica aberta para ser assinada também por organizações que desejam se somar a este esforço.

ENCONTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE TRABALHADORES MUITAS VOZES, UMA SÓ LUTA

7 e 8 de julho de 2008
Betim (MG) - Brasil

Contra as reformas
neoliberais

Pela nacionalização,
sem indenização, dos
recursos naturais

Pelo não pagamento das
dívidas interna e externa

Contra os tratados de
livre comércio - TLCs

Fora as tropas estrangeiras do Haiti

Fora o imperialismo da América Latina
e Caribe. Por uma verdadeira
independência dos povos

CONVOCÇÃO



COB
Bolívia



CONLUTAS
Brasil



BATAY OUVRIYE
Haiti



TCC
Uruguai

www.elac.org.br
elac@elac.org.br

América Latina e do Caribe, para abolir definitivamente a exploração e a opressão do capitalismo e para construir uma sociedade igualitária e socialista. Temos que avançar, portanto, para construir uma Coordenação institucional, sindical e popular, das lutas dos trabalhadores em toda a região, unindo as forças das organizações sindicais, movimentos sociais e populares, da cidade e do campo.

É com esse objetivo que, conjuntamente, a COB (Central Operária

Convocamos a participar deste Encontro todas as organizações sindicais, sociais e populares, de todos os países irmãos, que estejam de acordo com as linhas gerais dessa convocatória e queiram se somar a essa grande mobilização de luta dos trabalhadores a nível internacional.

O Encontro se realizará em Betim (Minas Gerais, Brasil), nos dias 7 e 8 de julho de 2008. Desde já, contamos com a participação de nossos irmãos de luta de toda América Latina

UM PRIMEIRO E IMPORTANTÍSSIMO PASSO DE UNIDADES

ZÉ MARIA, DA CONLUTAS

A Conlutas vê como extremamente importante o passo que está sendo dado pelas quatro organizações que estão convocando o Encontro Latino-americano e Caribenho de Trabalhadores.

A ofensiva das potências imperialistas contra nossos países, visando transformá-los novamente em colônias de suas transnacionais, dá maior atualidade ainda

à necessidade do internacionalismo, da unidade entre os trabalhadores de todos os países do continente para enfrentarmos nosso inimigo comum.

Na América Latina e no Caribe, estão aí as mesmas reformas neoliberais em todos os países, as privatizações e desnacionalizações, os Tratados de Livre Comércio, o mecanismo das dívidas externa

e interna e seus jurros, a militarização e as bases militares imperialistas, etc.

O Encontro Latino-americano e Caribenho de Trabalhadores vai ser um primeiro e importantíssimo gesto no sentido de unirmos os trabalhadores latino-americanos e caribenhos em uma única luta contra o imperialismo em todas as suas manifestações em nossa região.

“O ENCONTRO É UMA NECESSIDADE IMPRESCINDÍVEL E URGENTE”

BATAY OUVRIYE

O simples fato dos trabalhadores de distintos países poderem se encontrar e discutir a situação tanto de cada espaço próprio como global, de refletir sobre como se solidarizar mutuamente e travar as lutas comuns para buscar juntos uma estratégia e, então, planejar as táticas correspondentes, é de uma importância incalculável.

Quando se pensa na ofensiva mundial das transnacionais imperialistas apoiadas pelos governos locais; quando se conhece o objetivo que têm as classes dominantes e seus funcionários lacaios que pensam e planejam juntos a destruição de nossos direitos adquiridos em questões como salários, condições de trabalho e Previdência, ou no roubo dos nossos recursos naturais, numa ofensiva que segue a níveis impossíveis de se prever;

quando se experimenta concretamente a violência brutal com a qual levam a cabo sua sanha... a importância deste Encontro se recobre de uma necessidade imprescindível, de urgência cada vez maior.

O apoio mútuo de nossos trabalhadores, o entendimento coletivo deste ataque global que nos atinge a todos, como força de trabalho dominada, exige, nestes dias, mais do que nunca, uma Coordenação, uma ação comum teórica e prática, para sacudirmos esta força fatal que planeja nos aniquilar definitivamente como seres humanos.

O Encontro, certamente, não pretende resolver da noite para o dia essa situação de dominação e de exploração que se abate sobre nós. Talvez enfrente contradições e dificuldades, que a

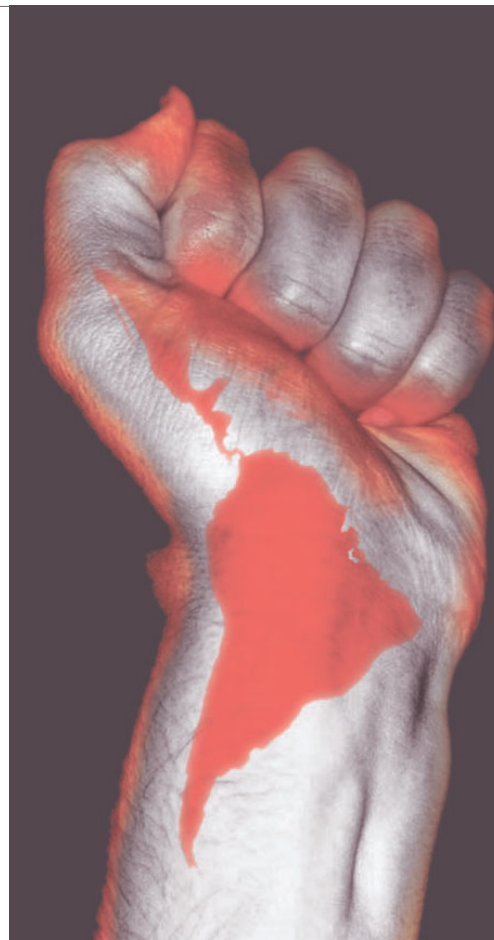
própria dominação que sofremos nos acarreta e que devemos resolver paulatinamente e com toda a paciência e força que caracterizam os trabalhadores. Entretanto, certamente terá em seu seio as sementes de nossa futura vitória.

Apesar da máxima capacidade que tem a classe operária, que enfrenta diretamente o capital, ela não terá força suficiente para travar sozinha esta descomunal luta que se nos apresenta. Necessita da mobilização de todos os demais trabalhadores, artesãos e pequenos camponeses também dominados e explorados, de pequenos e pequenas vendedores, de desempregados, de trabalhadores dos serviços públicos, de saúde, da educação, dos jovens organizados, das mulheres, dos bairros. Enfim, de todo nosso povo. Não só

porque somos todos um, frente a essa declaração de guerra aberta com a qual nos ameaça a classe dominante, mas também porque todos sofremos com a dominação e a repressão vigentes. A exploração e o saque capitalista afetam todos de uma maneira ou de outra.

Unidade da classe Operária, fraternidade entre todas as classes de trabalhadores, unidade dos povos de toda a região da América do Sul e Caribe: de uma mesma história global, para um só porvir...

Este Encontro abre a grande possibilidade de estruturar nosso campo: propor aos trabalhadores como coluna central de nossa força mobilizadora, sob a direção da classe operária. Que chovam flores! Os valentes tocarão a terra. A vitória final nos pertence.



UMA VELHA PROPOSTA DE TROTSKY

Para a LIT-QI, esse chamado ao Encontro Latino-americano e Caribenho dos Trabalhadores tem um significado especial. Com ele começa a se desenvolver uma velha proposta que Leon Trotsky fez em 1938, em seu exílio no México.

Em outubro daquele ano, Trotsky conversou várias vezes com o dirigente operário argentino Mateo Fossa, que viajou ao México para participar de um congresso de representantes sindicais de vários países do continente, representando 24 sindicatos de seu país.

O congresso fundou uma Confederação de Trabalhadores Latino-americanos. Entretanto, Mateo Fossa, apesar da representatividade que tinha, não pôde participar pois foi acusado de “trotskista”. O sindicalista argentino disse, dias antes, que

o congresso tinha um funcionamento totalmente burocrático imposto pelo stalinismo.

Em 11 de outubro de 1938, foi publicado, sob a forma de declaração, um artigo de Trotsky sobre esses eventos. Nele, Trotsky criticava duramente o caráter do congresso: “Este congresso, preparado apoiado nas massas, foi utilizado unilateralmente com propósitos que nada têm a ver com os interesses do proletariado latino-americano, mas ao contrário, são fundamentalmente hostis a esses interesses. A ‘confederação’ criada neste congresso não representa a unificação do proletariado organizado de nosso continente, mas sim uma fração política estritamente ligada à oligarquia de Moscou”.

Em seguida, ele analisa o caráter burocrático e que devido à ligação da maioria dos participantes com os

diferentes governos burgueses, sob a desculpa de “manter a unidade contra o fascismo”, não se chamava a lutar contra os “imperialismos democráticos”, como os EUA.

Por isso, a declaração coloca a seguinte conclusão: “Somos ardentes e devotos partidários da unificação do proletariado latino-americano e de que este estreite os maiores laços possíveis com o proletariado dos Estados Unidos. Mas, como já havíamos dito, tal tarefa está entretanto por se realizar”.

Finalmente, chama a impulsionar a “unidade do proletariado latino-americano” com base em uma série de pontos. O primeiro deles era: “a total independência do movimento sindical com relação ao seu próprio governo burguês e de todo imperialismo estrangeiro”; e no final propunha: “a preparação

honestas de um congresso sindical latino-americano com a participação ativa das massas trabalhadoras, quer dizer, com uma discussão séria e sem restrições sobre as tarefas do proletariado latino-americano e seus métodos de luta”.

A situação atual apresenta, evidentemente, muitas diferenças com a época em que Trotsky realizou aquele chamado: não estamos em um período anterior a uma nova guerra mundial e o aparato stalinista internacional foi destruído. Mas em sua essência segue plenamente vigente a necessidade da unidade latino-americana das organizações sindicais e de massas, com total independência dos governos burgueses e fora das amarras das burocracias sindicais traidoras, para coordenar e organizar a luta a nível continental.

GREVES DE TRABALHADORES E ESTUDANTES SACODEM A FRANÇA

MOBILIZAÇÕES, porém, são traídas pela burocracia sindical

DIEGO CRUZ e JEFERSON CHOMA,
da redação

Após nove dias de uma grande greve que balançou a França, as direções sindicais ligadas ao Partido Socialista (PS) e ao Partido Comunista Francês (PCF) conseguiram, no último dia 22, impor a suspensão da paralisação.

As direções das centrais e principais sindicatos do país, com a CGT à frente, orientaram o término da greve em troca da abertura de negociações com o governo Sarkozy. Desta forma, grande parte das assembleias aprovou a suspensão da greve.

A greve começou na noite de 13 de novembro e parou grande parte dos trens da SNCF e dos metrô e ônibus da estatal RATP, contra os ataques de Sarkozy à Previdência dos servidores. A reforma prevê o fim do regime especial de aposentadoria ao qual certos setores do serviço público têm direito. Tal regime permite a aposentadoria a partir dos 37,5 anos de contribuição. O projeto de Sarkozy amplia esse tempo para 40 anos. A reforma atingiria cerca de um milhão e meio de pessoas.

Sarkozy fez sua campanha eleitoral em torno das propostas de reforma previdenciária e esperava aproveitar sua grande popularidade para impor a reforma logo no início de seu mandato. Além do ataque ao regime especial previdenciário, Sarkozy também quer implementar um pacote de medidas neoliberais, como a drástica redução do quadro de funcionários

públicos e a ampliação do arrocho salarial dos servidores. Em 2007, o governo francês concedeu apenas 0,8% de reajuste a uma categoria que sofre 6% de defasagem desde 2000.

TRABALHADORES E ESTUDANTES JUNTOS

A greve, encabeçada pelos funcionários dos transportes e gás, praticamente paralisou o país. Desde o início, a mobilização foi duramente atacada pela grande imprensa, que repetia a velha mentira de que era preciso combater “privilégios” dos trabalhadores.

As mobilizações contaram ainda com o apoio dos estudantes universitários, que enfrentam a chamada “Lei Pecresse”, que, assim como a reforma universitária no Brasil, avança na privatização das universidades. Os estudantes bloquearam a entrada de diversos campi e engrossaram as manifestações de rua dos trabalhadores.

A entrada em cena dos estudantes foi algo “inesperado” para o governo, que tentou evitar resistências estudantis aprovando a Lei Pecresse durante as férias escolares.

O movimento teve seu auge no último dia 20, quando diversas outras categorias paralisaram suas atividades e foram às ruas por “salário, emprego e em defesa do serviço público”. Professores, trabalhadores dos correios, médicos e demais profissionais da saúde se incorporaram ao movimento. Estima-se que tenha havi-

do 148 manifestações em todo o país, reunindo ao todo perto de 1 milhão de pessoas.

Muitos compararam a greve com as grandes mobilizações em 1995 ou em 2003, quando o então presidente Jacques Chirac tentou impor essa mesma reforma. Na época, os trabalhadores conseguiram derrotar o governo, que permaneceu praticamente paralisado até seu término.

TRAÇÃO DAS DIREÇÕES

No entanto, apesar das mobilizações massivas contra Sarkozy, as direções sindicais aceitaram impor o fim da greve em troca da negociação de migalhas com o governo e as direções das estatais. O primeiro-ministro, François Fillon, elogiou publicamente a “responsabilidade” dos líderes sindicais.

O PCF chegou a divulgar uma declaração, antes mesmo do fim da greve, em que considerava uma “primeira vitória” o fato do “governo ter encontrado o caminho de uma verdadeira negociação”. Já Ségolène Royal, ex-candidata à presidência pelo Partido Socialista, declarou em uma rádio que não era contra a reforma, mas a maneira como Sarkozy a encaminhava.

O governo, por outro lado, já sinalizou claramente que não recuará dos ataques e limita-se a negociar medidas rebaixasadas, como abono e compensações. Além disso, a intenção do governo francês é recrudescer ainda mais as regras para a aposentadoria

no setor público, e este primeiro ataque pode ser o prenúncio de um ataque geral à Previdência dos franceses.

A manobra da burocracia sindical do PS e do PCF foi uma nítida traição aos trabalhadores e impôs uma derrota tática ao movimento. As direções sindicais conformaram uma mesa de negociação com o governo, onde não apenas respaldam o ataque do governo aos regimes especiais, como fortalecem o governo Sarkozy para que estenda esse ataque ao conjunto dos trabalhadores no próximo período.

Muitos jornais comparavam Sarkozy à ex-primeira dama britânica Margaret Thatcher, que derrotou a greve mineira dos anos 1980 e inaugurou a implementação do neoliberalismo em seu país. Thatcher, entretanto, se aproveitou de uma conjun-

tura internacional reacionária, marcada pelo acensso do neoliberalismo sobre o mundo. Bem diferente de Sarkozy, que herdou os resultados de um enorme ciclo de lutas protagonizado pelo movimento de massas contra a ofensiva neoliberal levada a cabo por governos de direita, os ditos “socialistas”. Entre as ações mais destacadas, encontram-se a greve geral de 1995, que derrotou o plano Juppe, e as lutas dos estudantes em 2006, que derrotaram o CPE (Contrato de Primeiro Emprego).

Apesar da traição e da colaboração da burocracia sindical, Sarkozy não conseguiu impor uma derrota histórica ao movimento operário. A última palavra está com o movimento de massas, que terá o desafio de superar as direções traídas e construir uma luta unitária.

Exemplos e lições

As fortes mobilizações que fizeram a França tremer por quase dez dias foram um verdadeiro exemplo. A unidade entre trabalhadores e estudantes apontou o caminho da luta contra as reformas, inclusive contra as reformas universitária e da Previdência que o governo Lula prepara no Brasil.

Porém, por outro lado, a traição das direções também desponta como um grave alerta à luta contra as reformas aqui.

O governo pretende impor suas reformas auxiliado pelas governistas CUT e UNE

Sem uma forte direção com influência de massas, de luta e desatrelada ao governo e ao Estado, toda a mobilização pode ser em vão. Coloca-se na ordem do dia, portanto, o fortalecimento da Conlutas como alternativa de luta, assim como o avanço da construção de uma alternativa unitária de mobilização com os setores combativos.